









Difficulties for Women to Remain in Academic Life

Dificuldade de Permanência das Mulheres na Vida Acadêmica

SILVA, Jociele Vieira da ⁽¹⁾; LÚCIO, Livia Maria Rodrigues ⁽²⁾; SILVA, Ingridy Lara Araújo ⁽³⁾; SILVA, Roberta Cavalcante da ⁽⁴⁾; OLIVEIRA, Yasmin Fortaleza de ⁽⁵⁾; MAGALHÃES, Caroline Cavalcanti Padilha ⁽⁶⁾; SIMIÃO, Fernanda Cristina Nunes ⁽⁷⁾; BARBOSA, Lidiane dos Santos ⁽⁸⁾

- ⁽¹⁾  0009-0001-6289-3524; Universidade Federal de Alagoas, Discente de Psicologia, Estagiária - extensionista do Núcleo de Psicologia Jurídica da UFAL, Pesquisadora, Brazil, E-mail: jociele.silva@arapiraca.ufal.br.
- ⁽²⁾  0009-0006-9806-1523; Universidade Federal de Alagoas, Discente de Psicologia, Estagiária - extensionista do Núcleo de Psicologia Jurídica da UFAL, Pesquisadora, Brazil, E-mail: livia.lucio@arapiraca.ufal.br
- ⁽³⁾  0000-0003-2441-7014; Universidade Federal de Alagoas, discente de Psicologia, pesquisadora voluntária do Ciclo Pibic 2024-2025 sobre Psicologia Escolar e Educacional, integrante do Núcleo de Psicologia Jurídica da UFAL, Brazil, E-mail: ingrydylara@gmail.com.br
- ⁽⁴⁾  0009-0003-9498-381X; Defensoria Pública Estadual de Alagoas, Psicóloga Jurídica, pesquisador/a, Brasil, E-mail: roberta.cavalcante10@gmail.com.br
- ⁽⁵⁾  0009-0009-2828-6219; Universidade Federal de Alagoas, discente e Estagiária, pesquisadora, Brazil, E-mail: fortalezayas-mino30@gmail.com.br
- ⁽⁶⁾  0009-0008-2447-3407; Universidade Federal de Alagoas, docente de Psicologia, Co-coordenadora do Núcleo de Psicologia Jurídica da UFAL, Brazil, E-mail: carolpadilha@palmeira.ufal.br
- ⁽⁷⁾  0009-0007-3395-5347; Universidade Federal de Alagoas, docente de Psicologia, Co-coordenadora do Núcleo de Psicologia Jurídica da UFAL, Brazil, E-mail: fernanda@palmeira.ufal.br
- ⁽⁸⁾  0000-0003-1244-0719; Universidade Federal de Alagoas, docente de Psicologia, Co-coordenadora do Núcleo de Psicologia Jurídica da UFAL, Brazil, E-mail: lidiane.barbosa@palmeira.ufal.br

O conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

ABSTRACT

This paper presents a quantitative and qualitative study of a descriptive nature, grounded in action research, an interpretative approach that encompasses an empirical methodological process. Based on Gender Studies, the investigation discusses the challenges imposed on women throughout their academic trajectories in higher education, which hinder their permanence in these spaces. The main objective of the study is to investigate the experiences of women university students regarding their process of remaining in academic spaces. To this end, the study sought to: (1) identify the challenges faced by these students; (2) analyze the conditions that shape their permanence in universities; and (3) understand the strategies employed to confront structural issues such as unequal access and academic devaluation. The results highlight the multiple challenges encountered by women in the university environment, revealing a complex web of overloads, prejudices, and fears that significantly affect their academic trajectories. The data analysis, based on contributions from students across different fields, aligns with the existing literature and demonstrates that, despite the diversity of degree programs, experiences of inequality and the strategies used to cope with them share considerable similarities.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma pesquisa quanti-qualitativa, de cunho descritivo, sob a luz da pesquisa-ação, um tipo de pesquisa interpretativa que abarca um processo metodológico empírico. Com base nos Estudos de Gênero, a investigação discute os desafios impostos às mulheres em sua trajetória acadêmica do ensino superior, que dificultam sua permanência nesses espaços. O estudo tem como objetivo geral investigar as vivências de mulheres universitárias no que diz respeito ao processo de permanência nos espaços acadêmicos. Para isso, buscou-se: (1) conhecer os desafios enfrentados pelas estudantes; (2) analisar as condições que permeiam a sua permanência nas universidades; (3) compreender quais estratégias são utilizadas para o enfrentamento de questões estruturais, tais como: a desigualdade de acesso e a desvalorização acadêmica. Os resultados evidenciam os múltiplos desafios enfrentados por mulheres no ambiente universitário, revelando uma complexa trama de sobrecargas, preconceitos e medos que impactam significativamente sua trajetória acadêmica. A análise dos dados, provenientes de universitárias de diversas áreas, encontrou respaldo na literatura sobre o tema e demonstrou que, apesar da diversidade de cursos, as experiências de desigualdade e as estratégias de enfrentamento guardam bastante semelhanças.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 11/26/2025

Aprovado: 03/02/2026

Publicação: 06/25/2026



Keywords:

University. Difficulties in remaining. Gender.

Palavras-Chave:

Universidade.
Dificuldades de permanência. Gênero.

Introdução

A desigualdade de gênero ocorre quando há privilégio de um gênero em detrimento de outro, ou outros. Historicamente, os direitos e vontades do homem se sobrepuseram aos das mulheres. Isso porque a estrutura familiar e as relações sociais antigas colocavam o gênero masculino no lugar mais elevado da pirâmide social. Segundo Ribeiro (2000), enquanto os homens trabalhavam fora, tinham direitos políticos e podiam estudar, as mulheres cuidavam da casa e dos filhos. Hoje, o patriarcado, como estrutura social de poder, ainda mantém as mulheres prioritariamente ligadas aos trabalhos de cuidado, enquanto os homens dominam as esferas públicas e de reconhecimento (Narvaz & Koller, 2006).

No tocante à vida universitária, as mulheres iniciaram sua trajetória tardiamente, somente no século XX, já que a tradição, deixada como herança pelos europeus durante o processo de colonização do Brasil, suscitava a inferioridade feminina, não considerando sua alfabetização como válida de importância ou investimento. Além disso, a educação feminina era pautada em orientações e cuidados do lar (Ribeiro, 2000), já que o esperado das mulheres não era sucesso profissional. A base de sua educação, portanto, eram as prendas domésticas, que eram importantes para o destino para o qual as mulheres eram direcionadas: o casamento. As mulheres eram educadas, em suma, para se tornarem donas de casa, mães e esposas dedicadas aos seus maridos. (Feclesc, 2010).

Entretanto, mesmo com uma trajetória histórica marcada por limitações e diante do prolongado impedimento do acesso à educação, as mulheres constituem hoje a maioria no ensino superior, como aponta a pesquisa “Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, divulgada em 2024 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, este fato não significa necessariamente que a equidade passou a existir entre os gêneros no que tange à educação, haja vista que a ocupação do ambiente acadêmico ainda é feita dentro de segregações como questões de acesso e riscos de assédio (Artes, 2017).

Diante disso, a trajetória de mulheres no ensino superior é um campo de estudo fundamental para compreender as nuances das desigualdades de gênero que ainda permeiam a sociedade. Apesar do crescente número de mulheres que acessam as universidades, sua permanência e sucesso são frequentemente atravessados por desafios multifacetados que transcendem a esfera acadêmica. Aguiar, Paes e Reis (2019), apontam ser fundamental refletir sobre os obstáculos que as mulheres, que também desempenham papéis como mães, esposas, donas de casa e profissionais, têm enfrentado para se inserir, persistir e atuar na vida acadêmica, tendo em vista que muito se deve à multiplicidade de responsabilidades que essas mulheres têm assumido, incluindo as que elas optaram por ter, além de diversas outras que acabam sendo impostas, mesmo que ultrapassem suas limitações.

Historicamente, a inserção das mulheres em espaços públicos e no mercado de trabalho não as desvinculou das responsabilidades domésticas e familiares. Essa acumulação de tarefas,

v.11

que frequentemente se configura em jornadas duplas ou triplas, impõe uma sobrecarga significativa e persistente (Alves, 2023). A conciliação entre a vida acadêmica e os afazeres do lar gera um esgotamento físico e mental considerável, impactando diretamente o rendimento acadêmico e elevando o risco de evasão, como apontam Barbosa e Montino (2020). Essa realidade é um reflexo direto da construção social de papéis de gênero, onde as mulheres expandiram seus domínios sociais sem que houvesse uma redivisão equivalente das atribuições masculinas (Dutra, 2015).

Nessa perspectiva, o presente trabalho, que é parte de uma ação de extensão desenvolvida na disciplina de Teorias de Gênero do curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, Unidade Palmeira dos Índios, buscou compreender vivências de mulheres universitárias no que diz respeito ao processo de permanência nos espaços acadêmicos e as estratégias de enfrentamento às desigualdades de gênero desenvolvidas por essas estudantes, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada da experiência feminina no contexto universitário. Para tal, se valeu de um estudo quanti-qualitativo, de cunho descritivo, sob a luz da pesquisa-ação, um tipo de pesquisa interpretativa que abarca um processo metodológico empírico, fazendo uso, também, dos Estudos de Gênero para melhor compreensão dos dados, para fins de fundamentação e análise.

Percurso Metodológico

Os elementos discutidos aqui foram percebidos em um grupo focal formado durante a atividade. Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais, ou seja, é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. A construção do grupo teve o intuito de acessar a realidade dessas mulheres de forma mais aprofundada permitindo que essas estudantes ganhassem protagonismo e pudessem contar, elas mesmas, sobre a realidade enfrentada.

A relevância deste estudo reside, portanto, na sua capacidade de dar voz a essas experiências, oferecendo dados qualitativos que ilustram as dificuldades reais e as estratégias de resiliência desenvolvidas pelas universitárias.

Ressalta-se que esta atividade teve finalidade formativa e pedagógica, uma vez que integrou uma ação de extensão vinculada à disciplina. Nesse sentido, definiu-se pela não avaliação pelo Comitê de Ética, em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016, no art. 1º, parágrafo VIII, que atesta que "atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização", não serão registradas, nem avaliadas pelo Sistema CEP/CONEP.

O grupo focal foi composto por doze estudantes universitárias da Universidade Federal de Alagoas com o objetivo de compreender as vivências, percepções, crenças e atitudes das

participantes sobre a problemática em questão. Como critérios de inclusão, as estudantes deveriam estar regularmente matriculadas em qualquer dos cursos da instituição, desde que pertencentes ao *Campus* Arapiraca. Deveriam ainda estar cursando a partir do segundo período de suas graduações e possuírem maioria penal. A participação foi restrita ao gênero feminino e a divulgação se deu por convite veiculado em grupos de *WhatsApp* de turmas dos variados cursos da Universidade Federal de Alagoas, *campus* Arapiraca. Era vedada a participação de estudantes do gênero masculino, estudantes matriculados nos demais *campi* da instituição, menores de dezoito anos e calouros.

O desenvolvimento da atividade abarcou o período de vinte e oito de abril a vinte e três de maio do ano de 2025, perpassando a construção de um grupo na rede social *WhatsApp*, para fins de maior interação entre as participantes, bem como melhor disseminação das informações necessárias. Posteriormente, realizou-se a formação de três fóruns online para debate coletivo na plataforma digital *Google Meet*, resguardados os aspectos éticos e a segurança das estudantes. No espaço destinado às participantes, foi possível a exposição de suas vivências relacionadas à problemática, bem como o reconhecimento e a identificação com os relatos das demais. As conversas foram incitadas por perguntas disparadoras, e a intensidade do debate foi sustentada pelas reflexões emergentes, suscitadas pelas contribuições das participantes e a compatibilidade de vivências, sentimentos e percepções a respeito do tema.

Isto posto, os dados obtidos através das discussões foram registrados por meio de gravação previamente autorizadas pelas participantes e fixados de acordo com as perguntas disparadoras e subtemas levantados através dos comentários das próprias participantes. Em seguida foram organizados por semelhança de respostas, e realizada a articulação com a fundamentação teórica, com o objetivo de elucidar o que as estudantes, muitas vezes enquanto mães e donas de casa, vivenciam quando ligadas ao ambiente universitário, e quais estratégias são utilizadas para o enfrentamento de questões inerentes a essas vivências.

No que tange a justificativa desta pesquisa, entende-se que discutir e dimensionar a ocupação dos espaços acadêmicos por gênero é essencial para problematizar que, apesar das mulheres serem maioria no ensino superior brasileiro, a ocupação dos espaços acadêmicos é ainda realizada sob muita opressão e desigualdade e se configura como um grande desafio. Diante disso, compreender as particularidades da trajetória de universitárias não é apenas uma questão de equidade, mas uma necessidade urgente para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas institucionais mais eficazes e inclusivas.

Uma história desigual

A realidade desigual que atinge as mulheres vem desde o surgimento das sociedades dos caçadores-coletores do período pré-agrícola, em que a força física era considerada item de maior valor para a segurança do grupo, a qual ficou à cargo dos indivíduos masculinos através

v.11

da predisposição biológica, e às mulheres, ficaram os trabalhos nas plantações e cuidados com as crianças e idosos da comunidade. Essa desigualdade se intensifica na Idade Média, com o estabelecimento da caça às bruxas, no século XVI, momento em que o modo de produção feudal se deteriora e as relações sociais passam a ser orientadas pela dominação masculina sob o feminino, materializado em práticas que resultaram no trabalho doméstico feminino acumulativo vinculado ao desenvolvimento do sistema capitalista, de acordo com Silvia Federici (2017).

A sociedade passa a apregoar a ideia de que mulheres são biologicamente mais fracas do que homens e se perpetua, até os dias atuais, os antiquados pensamentos estabelecidos na época, de que a mulher é propriedade de seu marido, como um objeto submisso a seu proprietário, designada a satisfazer desejos, vontades e comandos sem opção de negar, contrapor e ou mesmo questionar (Feclesc, 2010). Nesse modelo familiar, os homens foram designados aos espaços públicos, assumindo o papel de provedores financeiros do lar. Consequentemente, não lhes era atribuída a responsabilidade pelos cuidados com a casa, afazeres domésticos ou a criação dos filhos (Narvaz & Koller, 2006). Diante disso, enquanto os homens trabalhavam fora, tinham direitos políticos e podiam estudar, as mulheres cuidavam da casa e dos filhos. A superioridade financeira masculina potencializava a dependência da mulher e limitava o seu poder de escolha.

A universidade, criada por volta do século XIII na Europa, durante a Idade Média e impulsionada pelo renascimento urbano e cultural, era exclusiva para homens e negava às mulheres o direito a tal nível de educação. (Feclesc, 2010). Em consequência disso, homens tornavam-se médicos e advogados, enquanto mulheres se tornavam senhoras de casa. No Brasil, tem-se então a história da educação superior marcada por uma exclusão feminina sistemática, onde se perpetuou e reforçou as desigualdades de gênero, moldando as oportunidades profissionais e sociais de homens e mulheres de formas opostas. Enquanto os homens se qualificavam para profissões de prestígio e influência, as mulheres eram confinadas ao espaço privado, sem a mesma validação social ou autonomia financeira. O tardio acesso das mulheres brasileiras ao ensino superior, concedido, segundo Blay e Conceição (1991), apenas em 1879, por permissão do imperador D. Pedro II, ressalta a lenta e árdua luta por direitos básicos como a qualificação.

Essa demarcação, embora importante, apenas iniciou um longo processo de conquista de espaços e reconhecimento que ainda se desdobra nos dias atuais. A inserção no ensino superior, embora beneficie as mulheres, devido a política educacional desigual pautada no patriarcado, acaba por gerar dificuldades para a sua permanência, pois estas têm que conciliar o seu papel de dona de casa, trabalhadora e estudante. Dentro desta análise, um marco teórico para a compreensão do fenômeno é a divisão sexual do trabalho, dividida em dois princípios: o da separação, onde se estabelece o que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher; e

o da hierarquização, onde os trabalhos dos homens valem mais que os trabalhos das mulheres (Hirata & Kergoat, 2007).

Essa divisão sexual de trabalho, culmina em desigualdades de tarefas dentro dos lares, toda a responsabilidade com os filhos e com os cuidados domésticos são designadas à mulher. Atualmente, o número de mulheres nas universidades e nos postos de trabalho cresce absurdamente, mas há ainda a questão que trata sobre a permanência dessas mulheres nos estudos, dividindo-se em casa, trabalho e universidade, trazendo à discussão como é sua qualidade de vida a partir disso. Frente à tríplice jornada, boa parte dessas mulheres se veem com a necessidade de enfrentar noites em claro fazendo os trabalhos solicitados, uma vez que não possuem outras opções, no que tange a horários para fazê-los (Baltieri, 2022). Essa conjuntura, por tornar a vida universitária mais desafiadora para as mulheres, representa um risco considerável para a evasão acadêmica.

Assim, pode-se compreender, a partir de tais fatos, que a construção da opressão do gênero feminino nas relações de poder é reproduzida dentro de casa, onde segundo Koller e Narvaz (2004), a cultura vigente é trazida para a socialização dos membros da família, como um dos vetores de reprodução desta lógica. A opressão da vida pública é então reproduzida na vida privada e é internalizada e ocultada. Desta maneira, aponta Baltieri (2022), a figura feminina tende a abrir mão de seus estudos para conseguir dar conta de todo resto, já que a carga familiar ainda recai sobre a mulher, que é comumente vista como dona de casa e aquela que deve ser responsável pelos cuidados com os filhos ou os pais, casa e casamento, mesmo que seja tudo isso enquanto se preocupa com todas as complexas e múltiplas exigências de uma vida acadêmica. Revela-se, assim, uma contraposição entre o que as mulheres realmente querem fazer e o que elas conseguem, sendo ponto de origem de inúmeras frustrações, já que estas passaram por grandes dificuldades para conseguir entrar na faculdade e agora não conseguem usufruir plenamente essa vivência (Ávila & Portes, 2012).

Resultados e discussão

Inicialmente verificou-se que a expressiva maioria das participantes eram jovens adultas, solteiras e sem filhos. Apenas duas, das doze participantes, tinham significativa diferença de idade e possuíam filhos, sendo uma delas divorciada. Quanto às áreas de graduação, a pesquisa obteve público bastante diverso, abrangendo múltiplas áreas, como exatas, biológicas, humanas, agrárias e saúde. Falando especificamente de cursos, estão englobadas na pesquisa estudantes dos cursos de Psicologia, Enfermagem, Arquitetura, Matemática, Ciências Biológicas, Física, Administração e Agronomia, cujas aulas se dão no período diurno.

Como dito, foram realizadas cinco perguntas disparadoras no grupo composto por alunas da UFAL, sendo elas: 1) Pensando na sua trajetória até aqui na UFAL Arapiraca, quais foram os maiores desafios que você enfrentou como mulher no ambiente acadêmico?; 2) Em

v.11

algum momento você sentiu que sua permanência na universidade foi ameaçada ou dificultada por questões relacionadas ao fato de ser mulher? Se sim, quais foram essas questões e como você lidou com elas?; 3) Quais são, na sua opinião, as maiores diferenças (positivas ou negativas) entre a experiência de homens e mulheres no ambiente universitário que você já observou ou vivenciou?; 4) Considerando as diversas responsabilidades que muitas vezes recaem sobre as mulheres (estudos, trabalho, família, etc.), quais estratégias você desenvolveu para conciliar essas diferentes esferas e garantir sua continuidade nos estudos?; e, 5) Se você pudesse indicar uma mudança crucial que tornaria o ambiente da UFAL Arapiraca mais acolhedor e equitativo para as estudantes, qual seria essa mudança? Por quê?. E a partir das discussões realizadas pelo grupo obtemos as seguintes reflexões.

Dos desafios

No que concerne a primeira, das cinco perguntas, que indagava quais os maiores desafios enfrentados, enquanto mulher, no ambiente acadêmico até aquele ponto de sua trajetória dentro da já citada instituição, os pontos levantados iniciaram-se com falas sobre a sobrecarga emocional em relação a estar sempre com a sensação de insuficiência tanto no que se refere às atribuições acadêmicas quanto às domésticas e pessoais. Segundo o relatado pela maioria, um dos grandes desafios enfrentados é a dificuldade em conciliar todas as outras responsabilidades com as demandas da faculdade, o que quase sempre resulta em sentimentos de angústia e inferioridade sentindo que não oferecem o bastante em casa, ao mesmo tempo em que não conseguem se dedicar o suficiente na graduação.

Essa queixa faz consonância ao apregoado por Alves (2023), que aponta a trajetória feminina na universidade como atravessada por dificuldades e desigualdades como a conciliação dos estudos com a vida doméstica e a divisão sexual do trabalho. Essa necessidade de conciliação da vida acadêmica com os cuidados familiares e demais afazeres do lar tende a gerar um acúmulo de tarefas que caracterizam períodos constantes de trabalho.

Não obstante, os apontamentos das estudantes têm consonância com Barbosa e Montino (2020), que em um estudo sobre a história das mulheres no ensino superior, destacam que a necessidade de mulheres universitárias em conciliar múltiplas esferas com os estudos podem, constantemente, ser gerador de considerável esgotamento físico e mental, levando ao comprometimento do rendimento acadêmico de parte delas.

Ainda sobre esta primeira pergunta, outro tópico enfatizado pelas estudantes se refere a necessidade de se provar de forma contínua, sentindo serem constantemente subestimadas em relação ao seu desempenho unicamente por serem mulheres, principalmente em situações de comparação com os colegas do gênero masculino. A esse respeito, uma das participantes, estudante do curso de Enfermagem, relata:

Em relação ao desempenho acadêmico, por exemplo, percebo que homens são mais notados e valorizados do que mulheres. Como se já fosse esperado isso deles e gerando um estranhamento quando uma mulher tira uma nota maior ou se sai melhor em determinada

disciplina. No meu curso, as mulheres são mais predominantes do que os homens, porém em determinadas situações, eles se destacam com mais facilidade e com menos esforço, mesmo que estejam em menor quantidade.

Em concordância com a fala da colega, uma estudante do curso de Psicologia reitera:

Na minha percepção, temos que trabalhar muito mais, já que lidamos com diversos outros fatores como desrespeito, contestações, assédio. Além de lidar com tudo isso, temos que nos estabelecer o melhor possível academicamente para poder alcançar cargos que homens alcançam facilmente sem muitos questionamentos.

Fica evidente, através dessa fala, o explanado por Aguiar, Paes e Reis (2019), quando ressaltam que, embora as mulheres sejam maioria no meio acadêmico, ainda são obrigadas a lidar com diversas consequências de um passado dedicado a limitá-las em diversos âmbitos. Não obstante, Frugoli *et al.* (2019) enfatizam ainda que a questão da violência contra as mulheres corresponde a um problema social relacionado a aspectos socioculturais também vivenciado por universitárias, por meio de discriminação e relações de poder e desigualdade entre homens e mulheres.

Ameaças a permanência

A segunda pergunta disparadora versava sobre a presença da sensação de permanência na universidade ameaçada ou dificultada por questões relacionadas a ser mulher. No caso de resposta afirmativa, questionava-se quais questões e como a participante lidou com estas. A esse respeito, uma preocupação muito presente e bem demarcada pelas participantes se referia ao temor em relação a sua integridade física, traduzido no medo do assédio e do abuso sexual.

A expressiva maioria das participantes não reside na cidade em que estuda, ou quando reside, mora em região consideravelmente distante, precisando, de igual modo, fazer uso de transporte público. Diante dos horários em que precisam chegar na universidade e da distância de onde moram, as estudantes se veem obrigadas a estar nos pontos e ruas onde pegam os transportes bastante cedo, sendo horários com pouquíssimo, ou nenhum, movimento nesses lugares, em alguns casos, ainda um pouco escuro.

Ausentes de companhia ou contexto que lhe transmita alguma segurança, as estudantes sentem-se mais vulneráveis, e essa exposição a perigo gera o desconforto de ser uma mulher sozinha em um espaço escasso de recursos, diante de um possível ataque de quem julga ter algum direito sobre o que menos lhe pertence, o corpo de outra pessoa. Sobre isso, uma estudante do curso de Arquitetura expõe:

(...) Já fui perseguida quando estava no caminho de casa, e tive receio da pessoa voltar pra ficar me vigiando (já que meu trajeto é o mesmo todo dia pra pegar os ônibus). Com isso, tendo a me alertar pra ficar sempre perto de pessoas, em todos os ambientes, não dar brecha de ficar sozinha, até mesmo na faculdade eu procuro estar perto das pessoas para não parecer

v.11

que fico sozinha, até porque, nem mesmo na UFAL a gente está 100% segura.

O mesmo receio é apresentado quando se trata de atividades que requeiram estar na instituição durante o período noturno. Ao precisar ficar na universidade até o início da noite ou realizar determinada atividade de fato no período noturno, as estudantes temem por sua segurança durante o trajeto de volta, desde o ponto de ônibus perto da instituição, o qual segundo os relatos dispõe de pouquíssima iluminação, sendo em grande parte advinda da fachada da instituição, até a chegada em casa.

Frente a tal temor, em geral, as participantes optam por se ausentar de atividades realizadas no período noturno ou, ainda, se retiram mais cedo quando não possuem recursos que lhe concedam a sensação de proteção. Assim, prezando por sua segurança em detrimento da participação em atividades de extensão, eventos e outras atividades acadêmicas, se vendo obrigadas a realizar escolhas que não são impostas aos seus colegas homens - os enxergando como possuidores de determinado privilégio.

Ademais, fora o perigo externo, o medo também se faz presente dentro dos muros da instituição, com vivências experimentadas através de colegas e profissionais da universidade. Sobre isso, uma das participantes da pesquisa, estudante do curso de Psicologia expõe:

Quando eu participei de um determinado projeto de extensão, um dos monitores era extremamente desrespeitoso comigo, em muitos sentidos. Chegou o ponto de amigos meus (de fora do projeto) terem que frequentar os dias que eu estava no projeto para me protegerem dele.

Ainda sob esse foco, uma outra participante, também estudante do curso de Psicologia desabafa:

Já pensei em desistir do curso ao ouvir discursos machistas e sexistas vindo do corpo docente e discente, me sentia muito mal com o que essas pessoas falavam sobre as mulheres, as pondo em um lugar de subalternidade e passividade e minha estratégia de enfrentamento foi saindo desses lugares, me afastando dessas pessoas da forma que eu conseguia já que não conseguia realizar práticas mais ativas contra isso devido a todo o contexto institucional também.

A esse respeito, Souza e Rocha (2020) argumentam que frente a relações de gênero que se constituem em formatos dissonantes, origina-se a ideia de que o corpo feminino é passível de redução a um objeto passivo, o qual não reagiria a opressão. Diante disso, o assédio resultaria na crença de que este corpo é subalterno e cedido às vontades masculinas. As autoras ainda reiteram que o assédio sexual, em associação ao contexto universitário, age na direção

oposta ao compromisso do ensino superior na formação de agentes de transformação social, uma vez que limita o acesso ao conhecimento pelas estudantes alvo de tal violência.

No mais, o receio das participantes é justificável, principalmente se levarmos em conta a pesquisa elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto Datafolha intitulada *Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil (2025)*, cujos principais resultados da quinta edição trazem os dados de que uma em cada dez mulheres sofreram abuso sexual no último ano. Não obstante, a pesquisa retrata ainda que o correspondente ao montante de 5,3 milhões de mulheres esteve exposta a alguma forma de violência sexual.

Outro ponto levantado pelo grupo ainda no tocante à segunda pergunta, refere-se a desconsideração ou a minimização da influência de fatores hormonais aos quais as mulheres estão expostas ao longo do mês, culminando na menstruação, que pode ser acompanhada de dores físicas, como cólicas e enxaqueca. Tais fatores podem influenciar seu desempenho nas atividades cotidianas, inclusive as de cunho acadêmico.

No tocante a isso, segundo Dutra (2015), os sintomas pré-menstruais são físicos e psicológicos e sua intensidade pode interferir no cotidiano da vida feminina e ter repercussão negativa em várias áreas, afetando sua produtividade e capacidade de concentração. Constrói-se, portanto, um limiar de desconforto físico e emocional no qual a qualidade de vida das mulheres é diretamente impactada.

As diferenças de gênero no ambiente universitário

A terceira das cinco perguntas que estimularam o debate do grupo nos fóruns questionava, na percepção das graduandas, quais eram as maiores diferenças (positivas ou negativas) entre a experiência de homens e mulheres no ambiente universitário. No que concerne esse tópico, a unanimidade das respostas apontou para uma maior liberdade dos colegas homens em relação ao seu planejamento e distribuição de tempo, bem como um conforto em relação a ausência da necessidade de estar constantemente defendendo e provando sua competência e merecimento daquele espaço.

Sobre isso, uma estudante do curso de Agronomia destaca:

A maioria dos homens que conheci na faculdade podem gerir o próprio tempo com autonomia, até nos casos de homens que precisam trabalhar e se sustentar, apesar de ser exaustivo, pelo menos eles vão poder gerir o tempo deles com as prioridades deles. No caso das mulheres, nós somos exigidas de nos colocarmos em segundo plano para cuidar das outras pessoas, não podendo tomar decisões com prioridade em si mesmas. É o caso que a menina falou aqui, se ela deixa de cuidar da casa pra estudar primeiro, ela fica se sentindo culpada por isso, provavelmente nem consegue se concentrar nos estudos se tiver coisa pra fazer em casa, e se nós

colocamos a responsabilidade do cuidado na frente do nosso estudo, no final do dia já estamos cansadas pra estudar, sem tempo, e ainda mais sem tempo pra realizar hobbies.

Uma estudante de Psicologia adiciona:

A mulher geralmente recebe menos credibilidade que o homem, acham que a mulher é mais emocionada, impulsiva, louca, exagerada. Outra diferença negativa é que ao mesmo tempo que não põem muita credibilidade no que as mulheres fazem, há uma cobrança para que elas sejam sempre perfeitas, produtivas e deem conta de tudo.

A estudante de Enfermagem corrobora:

“As mulheres são cobradas com mais rigor, tanto em comportamento quanto em desempenho acadêmico. Já os homens tendem a ser mais ouvidos e a ocupar naturalmente determinados espaços, sem muita cobrança em relação à maneira como se comportam.”

Diante disso, corrobora-se a fala de Dutra (2015) quando ressalta que a mulher não se afastou de alguns papéis que lhe foram atribuídos, mas acumulou tarefas durante a ampliação de seus domínios. Em contrapartida, o homem manteve-se com as mesmas atribuições. Em função disso, pode-se pontuar uma maior sobrecarga existencial feminina pela quantidade de papéis que lhes foram atribuídos em seu processo de expansão social.

Ainda sobre isso, Narvaz e Koller (2006) apontam o patriarcado como construtor de desigualdades que limitam as mulheres aos trabalhos de cuidados e promovem os homens nos trabalhos de esfera pública e com reconhecimento. Na família patriarcal burguesa, por exemplo, o papel social esperado dos homens é a promoção do sustento e a autoridade familiar. Em consonância, Alves (2023) afirma que o sistema patriarcal, que estabelece uma hierarquia entre homens e mulheres colocando-as em patamar inferior, é a origem de muitas das desigualdades que as mulheres enfrentam. Desde o início do capitalismo, a mão de obra se tornou o principal meio de sobrevivência para as classes trabalhadoras. Nesse contexto, as mulheres trabalhadoras não apenas se viram subordinadas ao capital, mas também aos homens.

A quarta pergunta disparadora indagava sobre os mecanismos desenvolvidos para lidar com essa realidade, quais estratégias cada uma desenvolveu para conciliar essas diferentes esferas e garantir sua continuidade nos estudos. Sobre esse questionamento o debate do grupo desenha como principal estratégia a organização contínua para melhor aproveitamento do tempo de que dispõe, bem como para evitar acumular obrigações de um dia para o outro. Dentro desta organização, diferente para cada participante a depender de sua rotina e demais especificidades, as graduandas apontaram o uso de agendas, listas de prioridade, classificação de urgência entre as tarefas, o parcelar dos afazeres domésticos em turnos distintos ao em vez de tudo em um turno só, e a otimização de qualquer tempo disponível, o utilizando para

leituras, estudo, ou adiantamento das tarefas necessárias ao dia seguinte, como preparo de refeições e o separar dos materiais e roupas a serem usados no dia seguinte.

Muito do trazido por elas aponta ainda para forte influência do autocuidado emocional e o impacto de toda uma psicoeducação no sentido de entender que são humanas e não máquinas e, logo, será preciso abdicar de algumas coisas, pois a ninguém é possível dar conta de tudo com maestria. Dessa compreensão depreendem como é necessário saber reconhecer seus limites e saber comunicá-los, muitas vezes aprendendo a dizer “nãos” muito necessários e evitando uma sobrecarga maior com responsabilidades que não são suas ou, ao menos, não deveriam ser.

Duas das respostas, nesse sentido, que melhor evidenciam o retratado neste tópico pelas estudantes do curso de Psicologia foram:

(...)Nessa etapa final da graduação, após muita terapia, reflexão, autoconhecimento...enfim, todo meu processo de desenvolvimento tanto acadêmico, como pessoal e introspectivo, eu passei a pôr em prática um funcionamento que era fundamentado em resolver por ordem de maior urgência. Neste sentido, o que era mais urgente eu resolvia mais rápido do que outras demandas e quando essa lógica não era possível, buscava construir planners e agendas para que eu pudesse planejar a semana e o dia e como eu poderia distribuir essas atividades. Com o tempo, e especialmente após iniciar o processo terapêutico, fui aprendendo a estabelecer prioridades. Comecei a entender que eu não precisava dar conta de tudo sozinha, nem ao mesmo tempo. Passei a organizar minha rotina com mais clareza, usando ferramentas simples como agendas e listas de tarefas, além de aprender a dizer “não” quando era preciso. Isso me ajudou a ter mais clareza sobre o que era urgente, importante ou apenas uma cobrança social.

A esse respeito, os dados obtidos concordam com Ávila (2010) quando afirma ser evidente para as mulheres que a jornada que enfrentam impõe limitações significativas, impedindo-as de se dedicar por completo a todos os seus segmentos. Mesmo com um esforço notável e grande força de vontade, a realidade é que a imersão total não é possível. Elas têm plena consciência de que algo será inevitavelmente deixado de lado: alguma tarefa ficará incompleta ou será feita de forma parcialmente inadequada. A percepção de que é impossível dar conta de tudo é uma constante. De acordo com Coulon (2008), tornar-se um verdadeiro estudante universitário exige um aprendizado constante. As mulheres que conseguem superar os desafios dos primeiros anos de curso demonstram uma capacidade notável de assimilar o que significa o ofício de estudante. Paralelamente a esse desenvolvimento acadêmico, elas também se adaptam às demandas e injunções impostas.

v.11

Ainda que não exatamente visto como uma estratégia, uma das falas de uma participante, estudante do curso de Psicologia dizia:

“(...) É gratificante ver mulheres ocupando espaços que por muito tempo foram negados, quebrando a roda e fazendo uma universidade mais inclusiva e representativa, essa presença faz com que a gente se fortaleça mesmo que indiretamente.”

Falas como essa corroboram o dito por Alves (2023), quando ressalta a influência de outras mulheres como crucial, atuando como apoiadoras e incentivadoras no percurso educacional e no desenvolvimento da carreira das estudantes. Esse suporte mútuo desempenha um papel fundamental, fortalecendo a jornada acadêmica e profissional de cada uma delas.

Dentro do debate gerado, o grupo se questionou espontaneamente sobre os sentimentos advindos de tudo isso e como lidavam com eles. Dentre o discutido, quatro das respostas que as divertiram e com as quais todas convergiram foram:

“Eu pinto, maquio, faço brownies, sou amparada pelo meu namorado e crianças, que aquecem meu coração, escuto o podcast gostosas também choram, faço terapia, leio livros e choro regularmente” (Psicologia).

“Eu lido assistindo Barbie. Não é terapia, mas é terapêutico” (Arquitetura).

“Assistir Barbie é o que tá segurando minha saúde mental” (Arquitetura).

“Não seríamos, todas nós, um pouco Barbie? Quantas "profissões " vocês já não relataram aqui? A diferença, talvez, seja termos um pouco menos de glamour atribuído a nosso esforço do que o que ela tem” (Psicologia).

Tomando essas três últimas respostas, cuja temática, isto é, a Barbie, entreteu o grupo por tempo considerável, podemos inferir algumas suposições. Assistir aos filmes da Barbie, embora tenha sido uma informação dada em tom de brincadeira e em relação a uma atividade que elas fazem despreziosamente ou para fins de lazer, pode ser um ato interpretado como uma experiência de projeção para muitas mulheres, que veem na personagem uma figura feminina potente e forte, capaz de alcançar seus objetivos. Essa identificação surge da representação de uma mulher que, mesmo em um universo lúdico, é destemida, inteligente e resiliente, conquistando o que almeja. A jornada da Barbie, com suas descobertas e superações, ecoa o desejo de muitas mulheres por autonomia e sucesso, servindo como um espelho de aspirações e empoderamento.

Ainda que inconscientemente, é possível que assistir Barbie seja, de fato, terapêutico. Uma vez que elas se veem representadas por uma figura feminina que é potente, inteligente e capaz de conquistar o que quer, mesmo diante de adversidades. Essa identificação pode ser um poderoso lembrete de que suas próprias ambições e capacidades são válidas, e que é possível lutar por seus objetivos, mesmo em um universo acadêmico que, por vezes, ainda apresenta vieses e desigualdades de gênero. Essa quebra de expectativas pode ser um alívio para

universitárias que, no ambiente acadêmico, muitas vezes se sentem pressionadas a brigar por espaço ou a justificar sua presença em áreas predominantemente masculinas.

O que fazer para tornar o ambiente universitário mais acolhedor e equitativo

No tocante à última pergunta, indagou-se às universitárias que mudanças tornaria o ambiente da universidade mais acolhedor e equitativo para as estudantes e por quê. Em relação a isso, um dos primeiros pontos levantados foi a necessidade de enfatizar a discussão do tema. De tornar o debate sobre o assunto não uma coisa pontual e específica, mas um assunto de todo dia, uma pauta fixa e constante para a problematização real e contínua, visto que não se resolve um problema sobre o qual não se fala.

Exemplo dessa perspectiva é a fala de uma estudante de Psicologia:

Primeiro de tudo, faria com que fosse um espaço que a discussão de gênero tomasse maior proporção porque muitas vezes essa discussão não acaba sendo prioridade, seja no planejamento das disciplinas, seja em reuniões, eventos e demais produções acadêmicas... falar sobre gênero, assim como relações étnico-raciais e deficiência tem se tornado algo que é adicional e não essencial, pelo menos no curso de Psicologia. Então, se hoje eu fizesse parte do corpo administrativo da UFAL eu buscaria realizar incentivos que versassem nesse sentido abrindo editais de projetos de pesquisa, de extensão ou até mesmo eventos acadêmicos.

A esse respeito, a estudante de Matemática corrobora a ideia quando diz:

“Sim, espaços para sermos vistas e para compartilharmos a caminhada de ser mulher para além do Instagram.”

Não obstante, as respostas também apontavam que é crucial reconhecer que a luta contra a desigualdade de gênero deve necessariamente incluir os homens. Eles são parte fundamental dessa discussão e de qualquer projeto que vise à equidade, já que, socialmente, têm contribuído para a marginalização das mulheres. Não se pode, portanto, abordar o tema da desigualdade sem envolvê-los ativamente na busca por soluções.

Há ainda respostas que versam sobre a questão da segurança e que pontuam a importância de um melhor preparo para lidar com situações de assédio, ofertando melhor e maior acolhimento a quem atravessar questões do tipo.

Um exemplo desse tipo de resposta pertence a estudante de Biologia que diz:

E também seria bom termos uma abertura para denúncias no campus, uma estrutura já preparada para amparar e resolver casos de mulheres assediadas no ambiente da UFAL, porque ter iniciativa para fazer uma denúncia é realmente complicado, porque não queremos comprometer a

nossa permanência no curso, e temos o julgamento que pode vir com a exposição do caso.

Sobre esse tema, podemos encarar o assédio sexual como uma forma de violência simbólica, que se perpetua com a cumplicidade daqueles que a exercem ou se recusam a reconhecê-la (Bourdieu, 1989). A isso, segundo Souza e Rocha (2020), soma-se o medo de retaliações, humilhações e chantagens por parte dos agressores. No contexto universitário, esse temor é amplificado pela percepção de que os assediadores frequentemente serão protegidos, enquanto as vítimas enfrentarão perseguição. Além disso, o assédio é frequentemente minimizado socialmente, visto como vitimização excessiva ou até mesmo algo normal e aceitável. Assim, as mulheres não apenas sofrem a discriminação do assédio em si, mas também o julgamento social que as pressiona a aceitar passivamente essa violência em razão de seu gênero. Vale salientar que não há canais institucionais oficiais de denúncias sobre essa temática na Universidade Federal de Alagoas, o que dificulta a promoção e prevenção de violências contra as alunas e reitera o medo e as dificuldades apontadas.

Considerações Finais

Em relação aos desafios enfrentados por mulheres no tocante a sua trajetória e permanência no âmbito acadêmico, a sobrecarga emocional e a sensação de insuficiência despontaram como um dos maiores desafios. Essa realidade, marcada pela construção de jornadas duplas e, por vezes, triplas, gera um esgotamento físico e mental que, segundo as participantes, não é vivenciado da mesma forma por seus colegas homens. A atribuição histórica de múltiplos papéis às mulheres, que as levam a acumular tarefas enquanto os homens mantêm suas atribuições inalteradas, e a estruturação patriarcal que limita as mulheres ao trabalho de cuidado enquanto eleva os homens na esfera pública são fatores que perpetuam essa desigualdade.

Outro ponto crítico evidenciado foi a necessidade constante de as mulheres se provarem, sentindo-se subestimadas em relação ao seu desempenho acadêmico unicamente por seu gênero. Essa percepção é intensificada em comparação com colegas do sexo masculino, mesmo em cursos onde as mulheres são maioria, revelando a persistência de um viés de gênero e a dificuldade em romper com as consequências de um passado que buscou limitá-las.

A segurança e a integridade física também surgiram como preocupações centrais, manifestada pelo temor de assédio e abuso sexual, tanto nos trajetos para a universidade, em horários de pouca movimentação, quanto dentro dos próprios muros da instituição. A vivência de situações de perseguição e assédio, inclusive por membros do corpo universitário, corrobora a noção de que o assédio sexual, como violência simbólica, é um problema social e sociocultural que atua na contramão do compromisso do ensino superior de formar agentes de transformação social. O receio de retaliação e a percepção de que agressores podem ser

protegidos, enquanto as vítimas enfrentam a perseguição, são fatores que inibem denúncias e comprometem a permanência de mulheres na academia.

As estratégias de enfrentamento desenvolvidas pelas estudantes para conciliar as múltiplas esferas da vida e garantir sua continuidade nos estudos são notáveis e exaustivas. Se baseiam, principalmente, em uma organização rigorosa do tempo, com uso de agendas, listas de prioridades e otimização de cada minuto disponível. Além disso, a pesquisa evidenciou a importância do autocuidado emocional e da psicoeducação, que as auxiliam a reconhecer seus limites e a necessidade de abdicar de algumas responsabilidades, compreendendo que não é possível dar conta de tudo com maestria.

Adicionalmente, a pesquisa revelou uma dimensão inesperada: o ato de assistir aos filmes da Barbie como estratégia inconsciente para lidar com os desafios emocionais. Essa atividade, aparentemente despretensiosa, pode ser interpretada como uma experiência de projeção e catarse. Ao se identificarem com uma figura feminina potente, inteligente e capaz de conquistar o que quer, as universitárias encontram um poderoso lembrete de que suas próprias ambições e capacidades são válidas. A representatividade, o exemplo a ser seguido, é uma importante estratégia de transformação social.

Para tornar o ambiente universitário mais acolhedor e equitativo, as participantes apontaram a necessidade de uma discussão contínua e aprofundada sobre questões de gênero, que transcenda a esfera pontual e se torne uma pauta fixa e essencial na instituição. A inclusão ativa dos homens nesse debate também foi apontada como fundamental, dada sua contribuição social para a marginalização das mulheres. Por fim, a demanda por estruturas de acolhimento e canais de denúncia mais eficazes para casos de assédio, que garantam a proteção das vítimas e evitem a perseguição, é imprescindível para promover um ambiente seguro e verdadeiramente inclusivo para todas as mulheres universitárias.

Foram, portanto, explorados os múltiplos desafios enfrentados por mulheres no ambiente universitário, revelando uma complexa trama de sobrecargas, preconceitos e medos que impactam significativamente sua trajetória acadêmica. A análise dos dados, provenientes da experiência de mulheres universitárias de diversas áreas, encontrou respaldo na literatura sobre o tema e demonstrou que, apesar da diversidade de cursos, as experiências de desigualdade e as estratégias de enfrentamento guardam bastante semelhanças.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, S. G.; Paes, V. N. & Reis, S. M. A. D. O. (2019). Mulher, mãe, dona de casa e esposa: dificuldades e superações para ingressar e permanecer na universidade pública. In: *VII Seminário Nacional e III Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional, Vitória da Conquista - Bahia: UESB*, v. 7, 4935-4951. URL: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/8923>

- Alves, K. R. M. (2023). *Trajetórias escolares de mulheres universitárias e a dupla jornada de trabalho*. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicológicos e Saúde) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus. URL: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9399>.
- Artes, A. (2017). A presença de mulheres no ensino superior brasileiro: uma maioria sem prestígio. In: *Anais do 110 Seminário Internacional Fazendo Gênero e 13th Women's Worlds Congress*. Anais Eletrônicos [...] Florianópolis: UFSC, 1-12.
- Ávila, R. C. (2010). *Trajetórias e estratégias escolares de mulheres de camadas populares que vivenciam um triplice jornada diária: trabalho remunerado, trabalho doméstico e estudos*. São João Del-Rei. Dissertação (Mestrado em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares) – Universidade Federal De São João Del-Rei, São João Del-Rei. URL: <https://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao9RebecaContreraAvila.pdf>.
- Ávila, R. C. & Portes, É. A. (2012). A triplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 3, 809-832.
- Barbosa, R. M. & Montino, M. A. (2020). Mulher Universitária: Dificuldades e Superações Para Concluir O Ensino Superior. *Multidebates*, v. 4, n. 6, 170-182.
- Baltieri, C. (2022). *Trajetória, dificuldades e permanência das mulheres no ensino superior*. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista Rio Claro, 44. URL: <https://repositorio.unesp.br/items/9c11da69-7431-4fed-87f1-1de541c9165d>.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Blay, E. A. & Conceição, R. R. (1991). A mulher como tema nas disciplinas da USP. *Cadernos de Pesquisa*, n° 76, 50-56.
- Coulon, A. (2017). O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. *Educação e Pesquisa*, v. 43, n. 4, 1239-1250.
- Dutra, C. M. (2015). Repercussões da síndrome pré-menstrual na vida da mulher. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Escola de Enfermagem, Porto Alegre. URL: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/135506/000987002.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Feclesc, N. B. (2010). Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. In: *Anais Conferência Internacional sobre os Sete Saberes*. Ministério Público da Bahia, 1-8 URL: <https://dspace.sistemas.mpba.mp.br/handle/123456789/806>.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2025). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Frugoli, R., Tanizaka, H., Carmassi, M. R., & Silva, C. J. Da. (2019). Violência contra as universitárias: passividade institucional e vulnerabilidade no âmbito acadêmico. *Revista Científica Eletrônica*

de Psicologia. v. 33, n. 1, 2-23. URL: <https://psicoscience.s3-sa-east-1.amazonaws.com/rosa-artigo-6.pdf>.

- Hirata, H. & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, 595- 609.
- Koller, S. H. & Narvaz, M. G. (2004). Famílias, gêneros e violências: Desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. *Violência, gênero e políticas públicas*, v. 2, 149-176.
- Morgan, D. L. (1997). *Focus group as qualitative research*. Londres: Sage.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, v. 1, 49–55.
- Ribeiro, A. I. M. (2000). *Mulheres educadas na Colônia*. In: Lopes, E. M. T.; Faria Filho, L. M. & Veiga, C. G. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 79-94.
- Souza, T. M. C. & Rocha, I. A. (2019). Investigando o assédio sexual em universitárias: a violência de gênero na Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 17, n. 47, 165–184.